

# PSICOLOGIA NO DIREITO

Maria Eugênia BERTOLDI<sup>1</sup>

Vanderléia Nogueira da SILVA<sup>2</sup>

Adolfo Braga NETO<sup>3</sup>

Heryca Alessandra PALLU<sup>4</sup>

Raphael Renato de OLIVEIRA<sup>5</sup>

Rahysa do Nascimento GALINDO<sup>6</sup>

O objetivo deste trabalho é analisar a importante comunicação entre a Psicologia e o Direito. Esse fenômeno vem de uma necessidade, cada vez maior, se redimensionando a compreensão do agir humano, à luz dos aspectos legais e afetivo-comportamentais. A Psicologia no Direito é uma área que vem expandindo na abrangência de conhecimento e atuação, com novas pesquisas e descobertas e sobretudo com produções acadêmicas e científicas. Embora tenhamos muito ainda que caminhar e construir quanto identidade profissional, a Psicologia Jurídica atua ao lado do Direito em diversas formas: no planejamento e execução de políticas de cidadania, observância dos direitos humanos e combate à violência, orientação familiar, entre outras. A Psicologia Jurídica também vem estruturando seu conhecimento para com outras disciplinas com objetivos compartilhados: Psicologia, Direito, Criminologia, Vitimologia, Antropologia, Sociologia, Medicina, Economia, Política e o amplo marco das Neurociências podendo contribuir para essa busca importante, o objetivo é que a compreensão do comportamento humano dentro das realidades sociais. Não é possível entender o mundo da lei sem os modelos psicológicos que, direta ou indiretamente, o inspiraram; em contrapartida, é impossível compreender o comportamento humano em qualquer de seus níveis (individual ou grupal) sem compreender a lei. A Psicologia Jurídica surge, quando o psicólogo coloca seus conhecimentos à disposição do juiz exercendo a função julgadora, colocando os aspectos relevantes para determinadas ações judiciais, trazendo ao processo judicial uma realidade psicológica dos envolvidos que ultrapassa a lei e que de outra forma não chegaria ao conhecimento do julgador, por se tratar de um trabalho que vai além da exposição dos fatos. A Psicologia trouxe uma importante contribuição para o Direito: humanizar o Judiciário na busca da construção do ideal de justiça. Para essas e outras delicadas questões, o juiz pode e deve recorrer ao auxílio

---

<sup>1</sup> Maria Eugênia Bertoldi- Doutoranda pela Universidad de La Plata- Argentina .Professora na FARESC - Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. [mariaeugeniabertoldi@gmail.com](mailto:mariaeugeniabertoldi@gmail.com)

<sup>2</sup>Vanderléia Nogueira da Silva- Bacharel em Administração Pública pela UEPG, turma de 2013; Acadêmica de Direito na FARESC- Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. [Vanderleia\\_nogueiraphl@hotmail.com](mailto:Vanderleia_nogueiraphl@hotmail.com)

<sup>3</sup>Adolfo Braga Neto - Acadêmico de Direito na FARESC- Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. [adolfobraganeto@gmail.com](mailto:adolfobraganeto@gmail.com)

<sup>4</sup>Heryca Alessandra Pallu- Acadêmica de Direito na FARESC- Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. [herycaalelessandra@hotmail.com](mailto:herycaalelessandra@hotmail.com)

<sup>5</sup> Raphael Renato de Oliveira Acadêmico de Direito na FARESC- Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. [rap\\_renato@hotmail.com](mailto:rap_renato@hotmail.com)

<sup>6</sup> Rahysa do Nascimento Galindo Acadêmica de Direito na FARESC- Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. [ra.hysa@hotmail.com](mailto:ra.hysa@hotmail.com)

do psicólogo judiciário, que é um perito nomeado segundo critérios de confiança e capacitação profissional, para dirimir os conflitos ocorridos na dinâmica familiar trazidos às Varas da Infância e Juventude ou às Varas de Família e Sucessões, ou aos Tribunais de Justiça dos Estados e as partes podem nomear seus profissionais para auxiliá-los e orientá-los, os assistentes técnicos. Um dos grandes problemas da prova pericial psicológica são as funções desses profissionais, sendo uma forma de auxiliar o poder decisório do juiz, de modo a respeitar e proteger os direitos das pessoas envolvidas. O objetivo deste trabalho então será analisar a contribuição da psicologia para o Direito.

**Palavras-Chave:** Psicologia Jurídica. Direito. Lei. Perícia.